



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI N° 5.676, DE 2013

Acrescenta § 3º no art. 6º da Lei nº 7.444, de 20 de dezembro de 1985, para assegurar um exemplar da Constituição Federal a todo cidadão que se alistar como eleitor.

AUTOR: Deputado Roberto Freire

RELATOR: Deputado Dr. Ubiali

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise tem por objetivo assegurar o acesso gratuito a um exemplar da Constituição Federal a todo o cidadão, no ato de alistamento eleitoral.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – VOTO

Compete à Comissão de Finanças e Tributação, apreciar a proposta, nos termos do art. 32, inciso X, alínea h, do Regimento Interno desta Casa e da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, de 29 de maio de 1996, quanto à compatibilização ou adequação de seus dispositivos com o plano plurianual (PPA), com a lei de diretrizes orçamentárias (LDO), com o orçamento anual (LOA) e demais dispositivos legais em vigor.

Verifica-se que a proposta em análise, à luz do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000), fixa para a União a obrigação legal de distribuir exemplares da Constituição por um período superior a dois exercícios, constituindo despesa obrigatória de caráter continuado. Dessa forma, conforme o § 1º do mencionado dispositivo, “os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.” O art. 16, inciso I, preceitua que:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

No mesmo sentido dispõe a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013 (LDO 2014):

Art. 94. As proposições legislativas e respectivas emendas, conforme art. 59 da Constituição Federal, que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa da União, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria

Confirma o entendimento dos dispositivos supramencionados a Súmula nº 1, de 2008, da Comissão de Finanças e Tributação, que considera incompatível e inadequada a proposição que, mesmo em caráter autorizativo, conflite com a LRF, ao deixar de estimar o impacto orçamentário-financeiro e de demonstrar a origem dos recursos para seu custeio, exarada nos seguintes termos:

SÚMULA nº 1/08-CFT - *É incompatível e inadequada a proposição, inclusive em caráter autorizativo, que, conflitando com as normas da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - deixe de apresentar a estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro bem como a respectiva compensação.*

A Lei orçamentária para 2014 não contém dotação para a implementação deste projeto de lei. Portanto, propomos emenda de adequação no intuito de permitir a adequação financeira e orçamentária da proposta.

Diante do exposto, submeto a este colegiado meu voto pela compatibilidade com as normas orçamentárias e financeiras e pela adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 5.676, de 2013, nos termos da emenda de adequação anexa.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2014.

Deputado Dr. Ubiali
Relator



PROJETO DE LEI N° 5.676, DE 2013

Acrescenta § 3º no art. 6º da Lei nº 7.444, de 20 de dezembro de 1985, para assegurar um exemplar da Constituição Federal a todo cidadão que se alistar como eleitor.

AUTOR: Deputado Roberto Freire

RELATOR: Deputado Dr. Ubiali

EMENDA DE ADEQUAÇÃO

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do PROJETO DE LEI:

“Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação.”

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2014.

**Deputado Dr. Ubiali
Relator**